§ único. Quando os vogais da Comissão de Cartografia fizerem parte de alguma missão, os vencimentos fixos a que se refere este artigo ser-lhes-ão pagos pela verba destinada às missões de delimitação de fronteiras.

Art. 7.º Quando os membros das missões estiverem em trabalhos nas colónias ou em países estrangeiros, e durante o tempo de permanência nestes ou naquelas, terão o direito, além dos vencimentos fixados no artigo anterior, a uma ajuda de custo diária, e, durante o período de trabalhos de campo, a um subsídio diário.

§ 1.º No caso de as missões operarem nas fronteiras ou no estrangeiro, as ajudas de custo e o subsídio poderão ser fixados em ouro.

§ 2.º Nas despesas com os membros das missões ficam previstas e autorizadas as das passagens.

Art. 8.º São consideradas como regularmente constituídas, em harmonia com as disposições do presente decreto com força de lei, a missão hidrográfica e de fronteira do Zaire, a missão de revisão da fronteira de Moçambique e a missão geográfica de Moçambique, actualmente em operações nas colónias, e bem assim se considera devidamente legalizada, até ao final do corrente ano económico, a nomeação dos indivíduos que delas fazem parte, com direito a todos os abonos que lhes foram estabelecidos pelo Ministro das Colónias, devendo proceder-se porém à reorganização, nos termos deste decreto, daquelas das referidas missões que tenham subsistido depois de 1 de Julho de 1933.

Art. 9.º É revogado, na parte aplicável, o disposto no artigo 6.º da lei orçamental do Ministério das Colónias de 30 de Junho de 1913, cessando, a partir de 1 de Julho de 1934, a transferência para a Repartição de Contabilidade das Colónias dos duodécimos das verbas inscritas no orçamento do referido Ministério para despesas com a delimitação de fronteiras e missões de estudo.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Janeiro de 1934.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA— *António de Oliveira Salazar*— *Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira*— *Manuel Rodrigues Júnior*— *Luiz Alberto de Oliveira*— *Anibal de Mesquita Guimarães*— *José Caeiro da Mata*— *Duarte Pacheco*— *Armindo Rodrigues Monteiro*— *Alexandre Alberto de Sousa Pinto*— *Sebastião Garcia Ramires*— *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 23:488

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. São autorizadas no orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1933-1934 as transferências das seguintes verbas:

CAPÍTULO 3.º

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Escola de Belas Artes de Lisboa

Despesas com o pessoal:

Do artigo 463.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:
1 médico escolar. 12.318\$00

Escolas de Belas Artes do Pôrto

Do artigo 514.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:
1 médico escolar. 12.318\$00

[Conservatório Nacional

Do artigo 539.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:
1 médico escolar. 12.318\$00

CAPÍTULO 4.º

Repartição do Ensino Secundário

Instrução secundária

Despesas com o pessoal:

Do artigo 609.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 2) Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros:
1 médico escolar:
Vencimentos. 8.874\$00
Diurnidades. 187\$08
9.061\$08

Para o capítulo 7.º:

Direcção Geral de Saúde Escolar

Artigo 849.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:
3 médicos escolares em serviço na Escola de Belas Artes de Lisboa e na Escola de Belas Artes do Pôrto e Conservatório Nacional, a 12.318\$ 36.954\$00

2) Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros:

- 1 médico escolar em serviço no Liceu de José Estêvão, em Aveiro:
Vencimentos. 8.874\$00
Diurnidades. 187\$08
9.061\$08

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Janeiro de 1934.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*— *Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira*— *Manuel Rodrigues Júnior*— *Luiz Alberto de Oliveira*— *Anibal de Mesquita Guimarães*— *José Caeiro da Mata*— *Duarte Pacheco*— *Armindo Rodrigues Monteiro*— *Alexandre Alberto de Sousa Pinto*— *Sebastião Garcia Ramires*— *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral da Acção Social Agrária

Decreto n.º 23:489

Considerando que, pelo disposto no § 1.º do artigo 561.º do decreto n.º 5:219, de 8 de Janeiro de 1919, devem ser retirados os alvarás de aprovação dos estatutos dos sindicatos agrícolas que estejam há mais de seis meses sem funcionar;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

1.º São retirados os alvarás de aprovação dos estatutos dos seguintes sindicatos agrícolas:

Sindicato Agrícola de Rio de Moinhos (concelho de